

ATIVISMO TRANSNACIONAL E ESPAÇOS URBANOS FRONTEIRIÇOS: POSSIBILIDADES DE UMA PRÁXIS LIBERTÁRIA

RAFAEL ZILIO

Mestre em Geografia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafael.zilio@yahoo.com.br

RESUMO

O presente texto discute possibilidades de transnacionalização de ativismos sociais e seu significado para cidades fronteiriças. Aborda-se a cidade de fronteira como uma espacialidade propiciadora de oportunidades para movimentos urbanos emancipatórios, valendo-se de sua situação geográfica de encontro entre dois Estados territoriais e, principalmente, de seu espaço híbrido. Apesar de, num primeiro momento, a fronteira se apresentar como expressão espacial da heteronomia instituída, a cidade fronteiriça possui condições de catalisar movimentos e também de abrigar nós de uma rede de movimento emancipatório. As possibilidades de práticas espaciais desenvolvidas através do espaço urbano fronteiriço, a práxis libertária nesse e através desse espaço e os recursos que a condição fronteiriça de determinadas cidades apresenta para o ativismo transnacional são o foco da discussão deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismo transnacional. Cidades fronteiriças. Práxis libertária.

TRANSNATIONAL ACTIVISM AND BORDER URBAN SPACES: POSSIBILITIES OF A LIBERTARIAN PRAXIS

ABSTRACT

This paper discusses possibilities to transnationalization of activisms and its meaning for border cities. It approaches the border city as a spatiality that provides opportunities for emancipative urban movements, using their geographical situation

of meeting between two territorial States and, mainly, using their hybrid space. Although, at first, the frontier is presented as a spatial expression of instituted heteronomy, the border city has conditions to catalyze movements and also contains nodes of an emancipative movement network. The possibilities of spatial practices developed through border urban space, the libertarian praxis in these and through these spaces and the resources that the frontier condition of determinate cities presents for the transnational activism are the focuses of this paper discuss.

KEYWORDS: Transnational activism. Border cities. Libertarian praxis.

INTRODUÇÃO

As lutas sociais pós-iluminismo europeu conheceram, historicamente, dois eixos de constituição, sendo um relacionado ao âmbito doméstico, comumente associado ao Estado nacional, e outro que remete à escala internacional, com a solidariedade de classes ou grupos sociais, sendo transnacionalizada e extrapolando a escala do Estado. As revoluções burguesas do século XVIII e os conflitos de cunho nacionalista são exemplos do primeiro tipo de luta, enquanto o internacionalismo operário do século XIX e início do século XX e alguns dos chamados novos movimentos sociais são exemplos dessa solidariedade transnacional. Nesse segundo eixo de luta, o privilégio do Estado como ator político principal é diluído, deslocado e mesmo se torna alvo de contestação radical para determinados agentes sociais. No capitalismo mundial integrado (GUATTARI, 1987), ao longo do século XX, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e a melhoria dos sistemas de transporte aceleraram o processo de acumulação/reprodução do capital e aprofundaram a imposição do modelo civilizatório ocidental (mais precisamente europeu e estadunidense) para o resto do mundo, estabelecendo novas formas de dominação e exploração, mas, por outro lado, também propiciaram instrumentos para a constituição de lutas transnacionais, com novos conteúdos e modos de interação. O ativismo transnacional, dado entre outros fatores à facilidade de acesso ao supracitado instrumental, consolidou-se primeiramente na Europa, possuindo relações com os Estados Unidos. Mas experiências latino-americanas denotam o espírito transnacionalista que ativistas de países do capitalismo periférico e semiperiférico apresentam, entre os quais podemos citar como exemplos

o neozapatismo no México e suas redes de solidariedade tecidas principalmente através da internet, o movimento indígena em diversos países da América do Sul, com destaque para a Bolívia e o Equador, e os *piqueteros*, a partir da Argentina. Os espaços de surgimento, desenvolvimento de redes e constituição de nós de rede dos ativismos são variados, compreendendo desde territórios secularmente ocupados por povos originários, até grandes centros urbanos. A natureza e o grau de ambição também são variados, podendo apresentar-se com ideias reformistas, com o intuito de “tomar” o poder do Estado e “melhorá-lo” num contexto heterônomo, ou objetivar a luta emancipatória, anti-heterônoma, a práxis libertária. Nesse sentido, delimitamos o recorte espacial e de ambição política de nossa análise. O que trazemos no presente texto é uma abordagem de ativismos ou, mais especificamente, de movimentos sociais emancipatórios a partir das possibilidades de práxis libertária em e através de cidades fronteiriças.

Os processos sociais subjacentes à condição fronteiriça de certas cidades configuram uma espacialidade propiciadora de hibridização, sendo esse espaço híbrido a referência para pensarmos a constituição de movimentos emancipatórios. Não permaneceremos apenas circunscritos a esse espaço, mas a reflexão se dará a partir e por meio dele, através do uso de conceitos como rede e escala, considerando que a rede transnacional de um ativismo se dá pelo movimento, pelo jogo escalar, pelo salto escalar e, de maneira mais coesa, por uma política de escalas desenvolvida de modo a ressignificar escalas convencionais e construir novas escalas de influência e atuação em diferentes espaços urbanos. Analisaremos os recursos espaciais, as oportunidades e os “diferenciais” que cidades em uma fronteira apresentam e possibilidades de apropriação desses elementos por um ativismo que se pretende transnacional. Em seguida, abordaremos ideias e conceitos úteis para a leitura de um movimento social que se transnacionaliza, relacionando-os à construção de novas escalas a partir e através de espaços urbanos fronteiriços. Posteriormente discutiremos limitações e desafios para o estabelecimento de alianças em escalas supralocais e para o transnacionalismo, numa perspectiva latino-americana do espaço urbano fronteiriço. Por fim, nos apropriaremos da ideia de transnacionalismo para refletir sobre algumas possibilidades apresentadas pela identidade transnacional encontrada no sul do continente americano.

OS RECURSOS ESPACIAIS DAS E NAS CIDADES FRONTEIRIÇAS E SEU SIGNIFICADO PARA O ATIVISMO TRANSNACIONAL

Cidades em fronteiras constituem entidades espaciais que, mais do que o encontro entre duas institucionalidades (no caso, dois Estados), apresentam também a possibilidade de hibridização de algumas dimensões sociais. Apesar ou mesmo longe de nacionalismos exacerbados, são tecidas redes de relações sociais as mais diversas, sendo que, num primeiro momento, as vantagens econômicas e o intercâmbio/hibridização cultural tornam-se mais nítidos. Isso, caso se trate de uma fronteira porosa, onde dois (ou em certos casos mais de dois) Estados possuem relações amistosas que permitem uma menor vigilância militar em função da ausência de ameaças à “segurança nacional”. Essas relações, entre outros fatores, produzem repercussões espaciais nas cidades que remetem às suas fronteiras, sendo que nesse espaço urbano fronteiro as relações sócio-espaciais como um todo, e as relações econômicas, culturais e familiares, em específico, configuram uma espacialidade “aberta” à hibridização. Logo, cidades conurbadas em fronteira seca, porosa, com diversas dimensões sociais altamente integradas constituiriam uma espacialidade urbana fronteira propícia a oportunidades para ativismos que se pretendem transnacionais, frente a outras configurações de espaços fronteiros. A fronteira entre Brasil e Uruguai é um exemplo emblemático dessa espacialidade. Assim, a ideia de limite fronteiro enquanto separação e divisão não se coloca para determinadas fronteiras, quando se promove o contato e a troca entre culturas dos dois lados da linha territorial, de forma que as interações transnacionais, substituindo o confronto e a exclusão pela cooperação, integração e inclusão, são a característica principal (NEWMAN, 2003, p. 127). Por outro lado, quando a fronteira significa rígido controle, seja por animosidade entre os Estados nacionais, seja por grande fluxo de imigrantes ilegais, entre outros fatores, as repercussões espaciais desse controle resultam numa espacialidade “fechada” à hibridização. Antagonicamente, temos o exemplo do que foi a Alemanha dividida entre Ocidental e Oriental durante a Guerra Fria e, no presente, o da Coreia do Sul e a Coreia do Norte, constituindo um caso de separação em um espaço monoétnico. Já a fronteira entre Estados Unidos e México possui características de controle menos rígidas que, embora dificultando a integração cotidiana, não necessariamente inibem o estabelecimento de redes de relações em escala local, e mesmo supralocal, tanto legais quanto ilegais. Nisso, constata-se uma

visão muitas vezes deturpada acerca da fronteira, geralmente relacionada ao contrabando, à ilegalidade e à distância (num sentido negativo) dos principais processos que ocorrem num país, contribuindo assim para uma estigmatização sócio-espacial. Contudo, propomos um mergulho nas possibilidades de práticas espaciais e hibridização cultural presentes nessa espacialidade, a fim de driblar os elementos estigmatizantes através de uma abordagem a partir da cidade fronteiriça.

Ao considerarmos a fronteira e o espaço urbano fronteiriço, temos em mente o caso da conurbação internacional que ocorre em cidades da fronteira Brasil-Uruguai. Em particular, tomando o caso mais representativo dessa situação geográfica, temos as cidades de Santana do Livramento - Rivera, onde se encontra a única praça internacional do mundo. Ali, para se passar de um país para outro, basta se atravessar uma rua. Como é possível observar na Figura 1, trata-se de uma continuidade do tecido urbano que perpassa o limite entre os Estados territoriais, os quais não acompanham essa continuidade, configurando uma espacialidade de fratura político-institucional.

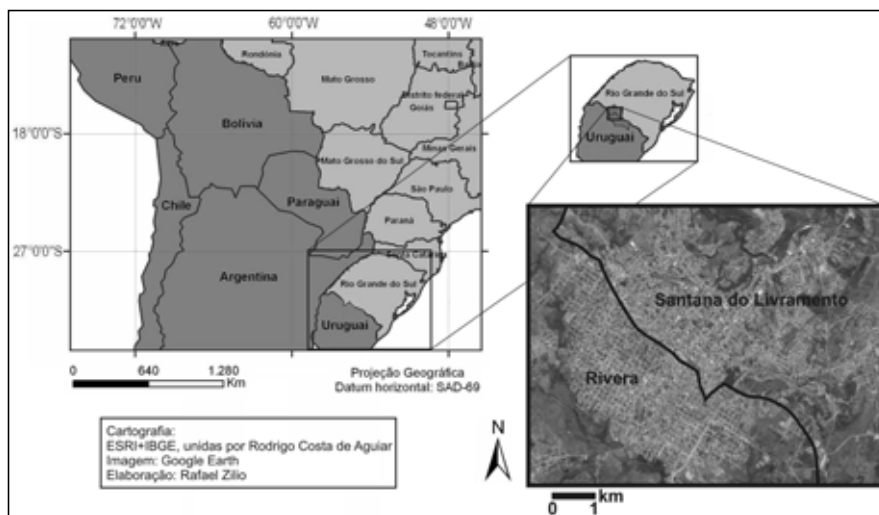


Figura 1: Localização das cidades-gêmeas Santana do Livramento - Rivera e de sua conurbação internacional.

A partir da espacialidade da fronteira Brasil-Uruguai, com as características de “abertura” supracitadas, o cotidiano fronteiriço relaciona-se com a prática política:

[...] em muitos tipos de ação política, as estratégias são pensadas e executadas levando em consideração as possibilidades presentes em ambos os lados da fronteira. Deve-se ressaltar: “praticando” a fronteira, agindo como fronteiriço, como o habitante de um lugar em que as possibilidades se multiplicam pelo agenciamento da diferenciação originada na construção dos territórios nacionais (DORFMAN, 2009, p. 71).

Essa condição fronteiriça vai ao encontro de nosso pressuposto de possibilidades para o ativismo transnacional, visto que essas cidades estão no limite entre dois Estados territoriais (constituindo uma limitação) e, ao mesmo tempo, possuem as possibilidades do espaço urbano enquanto espacialidade propiciadora de oportunidades para ativismos transnacionais, numa divisa internacional que mais aproxima do que limita cultural e economicamente seus habitantes.

No contexto de Santana do Livramento – Rivera, identificamos e analisamos incipientes ativismos de bairro que fazem uso da condição fronteiriça para tecer redes locais de cooperação. Do lado brasileiro, no ano de 2006 foi implementado um Plano Diretor “participativo”; do lado uruguaio, desde 2005 há um esquema de Orçamento Participativo. Na esteira desse processo, as organizações de ativismos de um lado do limite internacional apresentam interações tanto entre si quanto com organizações do outro lado do limite. Constatamos que as organizações com maiores relações transnacionais são aquelas centrais e adjacentes à linha divisória, mas que se relacionam pouco com organizações periféricas; por sua vez, as organizações da periferia urbana mantêm significativas relações entre si, porém, com pouca ou nenhuma relação transnacional. Dentre os fatores que catalisam a transnacionalidade nesse recorte espacial, destacam-se as relações de parentesco e de amizade. No caso de Santana do Livramento - Rivera, como em outros exemplos de cidades na fronteira Brasil-Uruguai, é comum a constituição de famílias “binacionais”, formadas por mulheres brasileiras casadas com homens uruguaiois ou homens brasileiros casados com mulheres uruguaiois, cujos filhos serão socializados em um ambiente culturalmente híbrido, bilíngue e com o dialeto portunhol sendo praticado. Nesse sentido, tecem-se relações de proximidade as mais diversas. No bojo do ativismo transnacional, ativistas dos dois lados do limite fronteiriço trocam experiências sobre as diferenças de natureza jurídica e institucional dos Estados brasileiro e uruguaio e se influenciam mutuamente a ponto de, no contexto dessas aberturas institucionais, ativistas brasileiros reivindicarem um

esquema de Orçamento Participativo semelhante ao de Rivera, e ativistas uruguaios discutirem a participação na construção do Plano Diretor de sua cidade, semelhante ao que acontece em Santana do Livramento. Assim, o surgimento de aberturas institucionais do Estado local para políticas de planejamento e gestão urbanos fomentou a organização de um ativismo que, apesar de politicamente pouco ambicioso, apresenta elementos que demonstram o uso das oportunidades que as cidades fronteiriças oferecem.

Na cidade fronteiriça, como em outras cidades, é possível a existência de uma modalidade de ativismo de escala local “localista”/paroquialista. O embate com as diferentes jurisdições dos Estados pode acarretar o desenvolvimento de estratégias de reivindicação diferentes, participação em diferentes canais institucionais “participativos” (e com diferentes graus de abertura institucional). Contudo, os ativistas de um lado do limite internacional podem estabelecer alianças com ativistas do outro lado. Em se tratando de um espaço híbrido, o ativismo, a prática espacial insurgente e a práxis libertária se dão em um contexto de hibridização, onde os ativistas podem estar “vacinados” contra nacionalismos e/ou etnocentrismos. O recurso espacial da hibridização pode contribuir para essa “vacina”, para a superação de uma barreira que é comum no caso de alianças formadas por ativistas topometricamente distantes. Favorecendo processos de difusão e mudança escalar (TARROW, 2005, p. 32) das práticas espaciais, tal recurso contribui para a dissolução de corporativismos ou particularismos em escalas supralocais, ao mesmo tempo em que ressignifica uma luta anteriormente restrita à escala local e a um contexto sócio-espacial singular. A formação de coalizões transnacionais pode ser assim catalisada.

DAS MOLECULARIDADES À CONSTRUÇÃO DE NOVAS ESCALAS NUM MOVIMENTO EMANCIPATÓRIO

O processo de transnacionalização de contestações nos convida a avaliar as estratégias espaciais e a utilização de diferentes espacialidades na mobilização além-fronteiras, sendo cidades fronteiriças uma dessas espacialidades. Como analisarmos uma contestação que se dá em diferentes lugares e constitui uma rede geográfica que possibilita transnacionalizar tal contestação? Guattari nos traz a noção do par molar/molecular, que possui semelhanças com o conceito geográfico de escala, embora não admita uma transposição absoluta. Para ele, a chamada micropolítica diz respeito a “como o nível das diferenças sociais

mais amplas (que eu chamei de ‘molar’) se cruza com aquele que eu chamei de ‘molecular’” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 149), sendo que esses dois níveis não denotam uma oposição ou contradição. A molaridade e a molecularidade remetem a formas de organização de um determinado fenômeno: a molaridade se apresenta limitante, com representações predeterminadas e possivelmente hierárquicas e heterônomas, enquanto a molecularidade admite vetores oriundos de diversos pontos, transversais a linhas e formando um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Logo, temos dois níveis de apreensão para entendermos como as organizações sociais desenvolvem a micropolítica (no presente caso, tendo em mente o ativismo transnacional) e, na realização de um jogo de escalas, como se dá, nível molecular, a insurgência de uma revolução fruto da resistência ao controle social: “a tentativa de controle social, através da produção da subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanente que eu chamaria de ‘revolução molecular’” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 54). Esse processo molecular relaciona-se com os novos movimentos sociais e a constituição de sua luta, pois o que os caracteriza “não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade, mas também a tentativa de produzir modos de subjetivação originais e singulares, processos de singularização subjetiva” (GUATTARI; ROLNIK, 2005, p. 54). A revolução molecular contém o germe da luta travada por parte dos movimentos emancipatórios para ligar diversos pontos (uma rede e seus nós) em direção a uma agenda comum, um espaço-tempo próprios principalmente no que diz respeito àqueles que se pretendem transnacionais.

Bringel e Falero (2008) destacam a conformação de novas horizontalidades, novas sociabilidades e novas subjetividades no processo aqui entendido por revolução molecular: nas novas horizontalidades, “embora ganhem uma dinâmica reticular transnacional em sua forma organizativa que afeta o alcance de suas práticas, está presente uma forte base territorial local/nacional, onde também atuam e canalizam os conflitos ao espaço público” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276). Novas formas de se relacionar também contribuem para a organização dos movimentos, que geram, “a partir desses novos recortes horizontais, novas sociabilidades, através da instituição de outras formas de relações sociais, de vínculos comunitários e afetivos, solidários e de reconhecimento mútuo” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276, grifos no original).

Logo, “isto contribui para a construção de novas subjetividades, entendidas [...] como as percepções, representações, ideias, sentimentos, expectativas ou desejos construídos pelos sujeitos sociais em suas práticas cotidianas, nas experiências vividas” (BRINGEL; FALERO, 2008, p. 276). Dados os processos moleculares e a conformação de horizontalidades, sociabilidades e subjetividades, vemos que a luta anti-heterônoma, na atual fase do capitalismo, prescinde da articulação de organizações “de baixo e de diversos pontos”, conforme uma antiga (mas ainda atual) máxima libertária. Realizando um jogo de escalas, Guattari destaca a necessidade da articulação transnacional, relacionando-a ao capitalismo contemporâneo:

[...] qualquer perspectiva de luta revolucionária circunscrita a espaços nacionais, qualquer perspectiva de tomada de poder político pela ditadura do proletariado é cada vez mais ilusória. Os projetos de transformação social serão condenados à impotência enquanto não se inserirem em uma estratégia subversiva em escala planetária, tão desterritorializada quanto à do CMI¹ (GUATTARI, 1987, p. 218).

Nesse processo, a revolução molecular se trava em diferentes escalas, ressaltando-se a importância da busca de alianças em escalas supralocais, conforme apontado em Souza (2009, p. 468). Logo, a multiplicidade de escalas envolvidas na organização sócio-espacial do capitalismo também habilita múltiplas oportunidades para suscitar resistência ou para estabelecer ligações através de e entre as escalas (MARSTON, 2000).

Ao refletirmos sobre os movimentos emancipatórios, utilizando diferentes escalas, vemos a dimensão transnacional de práticas espaciais que se dão muitas vezes em escala “nanoterritorial” (SOUZA, 2009, p. 470). A atuação em diversas escalas leva ao aparecimento do ativista transnacional, aqueles cosmopolitas enraizados² engajados em mobilizações/contestações políticas (TARROW, 2005, p. 43). Contudo, essa definição é ampla, podendo denotar um ativismo

¹ CMI: capitalismo mundial integrado. Para Guattari, “o capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele [...] e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle” (GUATTARI, 1987, p. 211).

² Na definição de Tarrow (2005, p. 29), cosmopolitas enraizados são indivíduos que possuem alta mobilidade espacial, utilizando-se de recursos tanto domésticos (ou “intranacionais”) como internacionais em suas atividades. Os ativistas transnacionais seriam um subgrupo de cosmopolitas enraizados mobilizados em torno de uma determinada contestação.

reformista, pouco ambicioso ou primordialmente animado pela classe média – como é o caso da abordagem de Tarrow, que discutiremos mais adiante.

A escala é vista aqui como construção social que se dá pelo movimento, sendo sempre redefinida, contestada e reestruturada em termos de sua extensão, conteúdo, relativa importância e inter-relações. A contínua reorganização das escalas espaciais integra estratégias sociais e uma arena para lutas por controle e empoderamento (SWYNGEDOUW, 2004, p. 133), onde vemos essas escalas também sendo construídas de forma molar e/ou molecular. Por conseguinte, a mudança na atuação de uma escala para outra(s) denota o denominado salto de escalas, inicialmente proposto por Smith (1984), referente a “um processo que indica como a política é espacializada, [sendo que] estratégias político-escalares são ativamente mobilizadas como parte de estratégias de empoderamento e desempoderamento” (SWYNGEDOUW, 2004, p. 133). O salto escalar é um elemento essencial na política de contestação, sem o qual as contendas que emergem localmente permanecem no nível local. Para Tarrow (2005, p. 121), esse processo é uma mudança no número e na escala das ações contestatórias coordenadas para um ponto focal diferente, envolvendo um novo alcance de atores, diferentes objetos e reivindicações além-fronteiras. O autor alerta que o salto escalar pode gerar uma mudança no significado e no escopo do objeto de reivindicação/contestação. Vemos, nesse sentido, que as relações entre política e escala geográfica se dão com a mudança qualitativa da contestação, podendo resultar em novas configurações de luta emancipatória num contexto de transnacionalismo. Configurações escalares modificam-se com o poder: novas escalas socialmente significativas são construídas, enquanto outras se transformam ou desaparecem (TARROW, 2005, p. 121), e diferentes maneiras de integração espacial produzem diferentes tipos de identidade coletiva que, por sua vez, apresentam diferentes desafios de mobilização (MILLER, 2004, p. 235).

Com essas mudanças em mente, chegamos à proposição de Leitner (2004), tomando por referência o que essa autora (e também outros, como Marston [2000]) entende por perspectiva construtivista de escala. Para Leitner: (a) a escala é socialmente construída e não fixa ou predeterminada; (b) o social e o espacial são ambos constituintes e a construção de uma nova escala envolve reconstrução de outras; e (c) a construção da escala incorpora poder, conflitos e lutas de poder (LEITNER, 2004, p. 238). A perspectiva de construção social da escala pelo movimento, pela mudança qualitativa de natureza política (sen-

do mais ou menos ambiciosa, incorporando uma gama de ativistas transnacionais os mais diversos), acompanha o desenvolvimento da transnacionalização de práticas espaciais emancipatórias, visto que elas reconstróem e/ou ressignificam escalas. A ideia de política de escalas encontra essa perspectiva ao propor uma análise da escala através das lutas sociais. O conceito é usado para conotar que “escalas geográficas e configurações escalares são socialmente produzidas e politicamente contestadas através da luta social” (BRENNER, 2001). Diferenciando-se de abordagens mais tradicionais, tal política trabalha com uma noção de escala mais ampla do que simplesmente a de diferentes níveis de análise de determinados processos, com hierarquia de espaços delimitados ou de tamanhos diversos, como “local”, “regional”, “nacional”, “global” (LEITNER, 2004, p. 238). Aborda-se aqui a construção de novas escalas, depreendidas de revoluções moleculares ocorridas em espaços topometricamente distantes, em cuja constituição estão as cidades fronteiriças e outros espaços urbanos, sendo que um dado central na política de escalas é a manipulação de relações de poder e autoridade por atores e instituições que operam e se situam em diferentes escalas (LEITNER, 2004, p. 238-239).

O ativismo transnacional lida com relações de poder diversas na mudança de escala – com a reconfiguração escalar da política, redes de conectividade espacial assumem crescente importância como forma de resistência, conforme discutido em Leitner (2004, p. 252). Essa modalidade de contestação, pois, precisa se valer de uma política de escalas e construir/ressignificar escalas. A ressignificação da escala “local” passa, por exemplo, do Estado local (jurisdição do município) para o espaço que propicia situações de copresença/convivência cotidiana e processos de lugarização. Em cidades fronteiriças, a política de escalas faz com que a mobilização social não se restrinja a um ativismo transnacional de escala local, ou seja, aquele restrito a um par de cidades-gêmeas. A escala “local” de uma organização de movimento social, que pode ser um nó de rede e um lugar (no sentido topofílico), se apresenta como o espaço de publicização de sua luta, podendo ser uma praça, uma importante avenida, ou outros subespaços de uma determinada cidade. Com uma mescla entre luta institucional e ação direta (SOUZA, 2010), os ativistas não se veem necessariamente limitados à escala do Estado local, ressignificando-a. Não obstante, a escala de um ativismo transnacional é composta por escalas locais e supralocais, ambas ressignificadas, da escala de atuação à escala de influência ou capacidade de

mobilização. Essa, portanto, torna-se a escala do ativismo transnacional, que não se limita a uma mera soma de escalas convencionais como o “local”, o “nacional” etc., conforme aprofundaremos agora.

OS DESAFIOS DO TRANSNACIONALISMO NUM CONTEXTO URBANO FRONTEIRIÇO LATINO-AMERICANO

Apesar de a transnacionalidade de lutas sociais não ser um fenômeno novo, o seu desenvolvimento quantitativo e suas mudanças qualitativas ocorreram com maior intensidade a partir da segunda metade do século XX, no âmbito do capitalismo mundial integrado. Diferentes contextos sócio-espaciais, porém, denotam diferentes maneiras de lidar com o ativismo transnacional. Significativas diferenças entre a Europa e a América Latina, por exemplo, são apontadas por Souza (s/d), como o altamente desigual acesso a recursos (dinheiro, recursos técnicos, fluência em línguas estrangeiras). A questão da dependência e da assimetria entre ativistas topometricamente distantes é colocada em posição de destaque, quando se propõe a organização de campanhas internacionais. Estudos contemporâneos, como o de Miller (2004) ou o de Pianta, Marchetti e Zola (2009), abordam apenas a escala continental europeia para analisar o transnacionalismo. Estes últimos apontam como elemento novo as formas de ativismo transnacional baseadas nas redes transfronteiriças e em campanhas internacionais, e as novas identidades surgidas desse processo (PIANTA, MARCHETTI; ZOLA, 2009, p. 236). Mas o que vemos aqui, em Miller (2004), e mesmo em Tarrow (2005), é que o tipo de ativismo tratado se aproxima de uma grande “mobilização reformista”, como a maioria dos casos abordados de autores europeus e estadunidenses aos quais tivemos acesso. As ideias de “democracia” se expressam no sentido do “aprimoramento” do sistema representativo e de modificações e acomodações de reivindicações no âmbito do Estado e de organizações supranacionais formalmente estabelecidas, tais como Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, estando muito longe daquilo que Castoriadis defendeu como uma democracia autêntica (CASTORIADIS, 1992; 2002; 2005). Sobre isso, Souza aponta:

Nas presentes condições, muito otimismo em relação ao ativismo transnacional revela, sobretudo, um ponto de vista anglo-americano de classe média, como no caso de Tarrow. Isso não significa que o transnacionalismo é uma simples quimera, ou que o ativismo transnacional é simplesmente um tipo de armadilha político-cultural. Contudo, os obstáculos e contradições são maio-

res do que muitos observadores do assim chamado “norte global” estão dispostos a reconhecer (SOUZA, s/d).

Os desafios do ativismo transnacional, como podemos ver, estão envolvidos em assimetrias e permeados de contradições. Voltaremos a isso mais adiante.

Pensando num contexto latino-americano, as identidades surgidas do ativismo transnacional remetem ao foco da luta (luta pela moradia, pela terra no campo etc.) que se confunde com espaços de referência identitária, tais como um bairro, um setor geográfico não necessariamente definido por um órgão estatal, ou uma linha de fronteira, como é a situação das cidades fronteiriças – nesse caso, a identidade tornando-se nitidamente híbrida. Não obstante, existem lutas que começam no âmbito “nacional”, “doméstico”, e depois se transnacionalizam através de outras lutas “domésticas”. E podem existir também lutas/movimentos que se constituem transnacionalmente desde sua gênese. O papel das cidades fronteiriças nesse processo pode ser interessante, por favorecerem a constituição dessas lutas transnacionais num espaço híbrido, desde a sua origem, uma vez que possuem o recurso espacial da proximidade e mesmo da união. Para Porto-Gonçalves (2001, p. 82), as territorialidades são instituídas por sujeitos sociais em determinadas situações históricas, condicionando os caminhos possíveis ou bifurcações da história. Logo, as territorialidades dissidentes que se afirmem em cidades fronteiriças trarão consigo a possibilidade de um nó de rede importante para um movimento emancipatório que pretende estar “vacinado” contra sociocentrismos, etnocentrismos e assemelhados, conforme já mencionado no presente texto. Bringel e Falero (2008), dialogando com Scherer-Warren, apontam características que denotam o “espírito transnacionalista” dos movimentos sociais latino-americanos a partir dos anos 1990: articulação de atores e movimentos sociais e culturais, pluralismo organizacional e ideológico, atuação nos campos cultural e político e um marcado traço transnacional (SCHERER-WARREN, 2005, p. 119). A tensão Estado - movimentos sociais também é destacada, contudo, uma perspectiva “estadocrítica” (SOUZA, 2010) parece ser apenas parcialmente adotada. Não concordamos com Bringel e Falero (2008, p. 285) quando afirmam que a tensão entre Estado e movimento social é atenuada quando o Estado deixa de ser o marco referencial primordial da política, uma vez que isso ocorreria apenas em caso de cooptação estrutural. Num movimento que desenvolve a práxis libertária, a luta contra o Estado (capitalista ou não) constituiria uma das principais frentes

de atuação – a luta institucional e a ação direta como componentes da atuação de movimentos sociais emancipatórios (SOUZA, 2010).

Para auxiliar a reflexão sobre a transnacionalidade de lutas sociais, não somente em grandes cidades como também em cidades fronteiriças, oferecemos, no modelo gráfico da Figura 2, uma rede hipotética de um movimento social que se transnacionaliza.

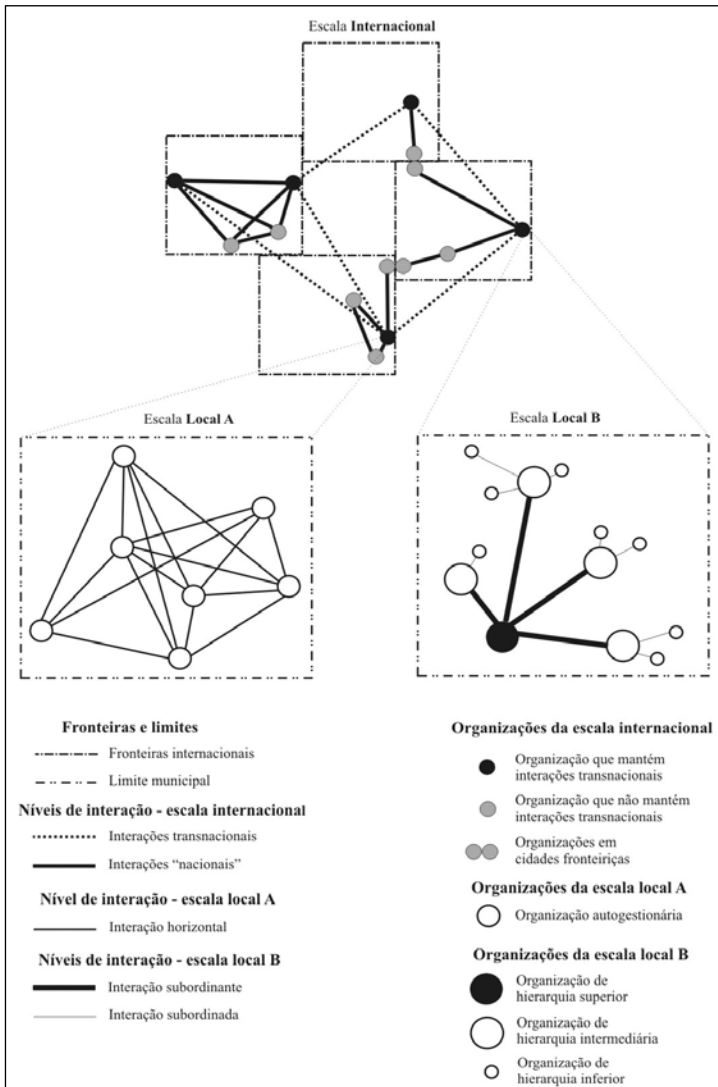


Figura 2: Rede hipotética de organizações de um movimento social transnacional.
Elaboração do autor.

A Figura objetiva oferecer um modelo de organizações de um movimento social em duas escalas (local e internacional) que, além de possuir relações “intranacionais”, se transnacionaliza. O modelo gráfico apresenta organizações que se relacionam com outras em países diferentes e organizações que mantêm relações apenas num mesmo país. Ademais, pretende mostrar que mesmo em uma grande rede que, tomada em nível macro possui relações não-hierárquicas, alguns nós podem apresentar resquícios do imaginário heterônomo e desenvolver (ou manter) relações hierárquicas, fator para o qual a análise de movimentos sociais deve sempre atentar.

Notem-se as duas escalas locais apresentadas: uma organizada de maneira autogestionária e outra ainda mantendo uma estrutura vertical, de subordinantes e subordinados, constituindo um dos desafios para o ativismo transnacional – a manifestação de diferentes concepções organizacionais em locais topometricamente distantes. Vemos também a política de escalas ser praticada, ressignificando escalas locais e internacionais, bem como construindo novas escalas a partir da atuação e da influência de um movimento social. Na fronteira, o nó de rede no espaço urbano pode se apresentar ao mesmo tempo como interlocutor entre outros nós e, também, como compartilhador de experiências no espaço híbrido fronteiro. Tendo em mente que a reconfiguração escalar da política promove a importância das redes de conectividade espacial como forma de resistência, as práticas espaciais dos movimentos também se valem de táticas supralocais visando à escala local. Nisso, as contestações de ativistas em cidades fronteiriças, ao esbarrarem num determinado momento de sua luta nas diferentes normatizações espaciais dos Estados, podem levar ao acesso de ativistas “distantes”, mas no mesmo território estatal, trocando experiências de práticas contestatórias de normas vigentes em todo esse território, como seria no estabelecimento de uma rede entre ativistas fronteiros e ativistas de grandes cidades capitais.

Uma obra que pode servir de inspiração e objeto de reflexão sobre a organização espacial de redes de movimentos emancipatórios e, mais amplamente, sobre a organização político-espacial das cidades, é Bookchin (1992; 1995). O autor trabalha com a ideia de confederalismo municipal, partindo da longa tradição do princípio federativo no pensamento libertário, sendo que o município não remete à entidade administrativa do aparelho de Estado, mas sim a comunidades autônomas (cidades) confederadas por livre associação, bebendo

criticamente na fonte de pensadores anarquistas do século XIX e início do século XX, entre os quais o geógrafo Piotr Kropotkin. A descentralização como exercício de um poder autônomo “de baixo para cima”, tendo as cidades-comuna como as entidades geográficas primordiais livremente associadas, é uma das ideias que podem remeter ao ativismo transnacional. Para Bookchin (1995, p. 203), a descentralização não é apenas rica em valores geográficos e políticos – é eminentemente um valor cultural e espiritual que liga o reempoderamento da comunidade ao reempoderamento do indivíduo. Esse espírito confederalista possui fortes relações com o espírito transnacionalista supracitado – o ativismo transnacional e a utilização das oportunidades de diferentes espacialidades, como a cidade fronteira, podem fomentar a superação de obstáculos através de um confederalismo de organizações topometricamente distantes. Mais além, Bookchin (1992; 1995) contrapõe o processo de urbanização com o de cidadização (*citification*). Para ele, em linhas muito gerais, o advento do binômio Estado+capitalismo deslocou a política da cidade (uma arena pública por excelência) para a escala de um aparelho centralizador, desempoderando o cidadão enquanto protagonista político e fazendo do urbano uma entidade espacial vazia de sentido público. Houve “um declínio histórico da cidade como uma autêntica arena de vida política (que já presenciou certo equilíbrio com a natureza) e, não menos significativo, o declínio da noção de cidadania” (BOOKCHIN, 1995, p. 15). Com a emergência do aparelho de Estado e do nacionalismo, o Estado assume proeminência ideológica em detrimento da cidade (BOOKCHIN, 1995, p. 57-58). Nesse sentido, a urbanização altera a cidade não apenas em sua forma, mas também em sua função de arena civilizante³ para a humanidade (BOOKCHIN, 1995, p. 199). Portanto, a cidade, como escola de democracia, e o transnacionalismo, como expressão da mobilização de lutas emancipatórias, imbricam-se na constituição da práxis libertária.

Retomando as diferenciações entre o ativismo transnacional nos âmbitos europeu e latino-americano, vemos outro desafio: o estabelecimento de redes transnacionais traz a questão do idioma utilizado na comunicação. A língua, além de meio de comunicação, vem também embebida de valores, cultura e práticas remetentes a determinadas espacialidades. Em Souza (s/d), encontra-se

³ Longe das concepções colonialistas/eurocêntricas do adjetivo “civilizado”, Bookchin (1995) resgata o sentido clássico da acepção “cívico”, estando mais relacionada à ideia de um corpo de cidadãos (corpo público) organizados para o pleno exercício da política no espaço cidadão.

uma crítica e um questionamento a respeito da difusão da língua inglesa como facilitadora de alianças entre ativistas de diferentes países, visão essa defendida por Tarrow (2005). Essa difusão pode catalisar apenas ativistas do “Norte global” ou pertencentes a classes médias e altas do “Sul global”. No contexto latino-americano, para tomarmos como ilustração uma parte do “Sul global”, a difusão de informações e o estabelecimento de estratégias através da língua espanhola tornam-se facilitadores, modificando essa “geopolítica da língua”. Mesmo assim, a imposição de uma língua sempre será um fator de assimetria (SOUZA, *s/d*). Tanto nas cidades da fronteira Brasil-Uruguai como da fronteira Brasil-Argentina, a utilização do portunhol – dialeto resultante da hibridização do português com o espanhol – ameniza e mesmo vence o obstáculo da língua, ao propor uma “terceira via” de comunicação que, longe de representar um simples fim de um território estatal e começo de outro, faz do espaço urbano fronteiro um lugar dotado de relações culturais próprias, onde as fronteiras não estatais distinguem-se das estatais.

TRANSNACIONALISMO NO SUL DO CONTINENTE

O ativismo transnacional não é um fenômeno novo, como já foi dito, pois acompanha as lutas sociais há muito tempo. O espírito internacionalista já estava presente quando da constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, principalmente no que diz respeito aos seus animadores anarquistas, como Mikhail Bakunin, conforme descrito e analisado por Samis (2011, p. 103 e segs.). As necessidades da luta anti-heterônoma fizeram com que os trabalhadores e seus apoiadores vislumbrassem o ativismo transnacional como estratégia para o combate contra o Estado e as assimetrias de poder. Nesse contexto, ativistas transnacionais se ocuparam de difundir ideias revolucionárias para além das fronteiras estatais.

Um exemplo emblemático foi a atuação do italiano Giuseppe Fanelli, delegado da Aliança da Democracia Socialista⁴, enviado à Espanha para difundir ideias libertárias e organizar os trabalhadores. Fanelli chegou ao país em 1868, tendo ido primeiramente a Barcelona e, em seguida, a Madri, onde encontrou maior receptividade. A partir daí, o anarquismo se estrutura com a organiza-

⁴ Organização fundada por Bakunin com o intuito de reunir a faceta libertária da Associação Internacional dos Trabalhadores (SAMIS, 2011, p. 157 e segs.).

ção de grupos, sindicatos e publicações, contribuindo para a hegemonia das ideias libertárias junto aos operários e camponeses espanhóis (WOODCOCK, 2002, p. 118-119). Mais tarde, durante a chamada Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o anarquismo espanhol apresentaria grande vigor e capacidade de organização. Nesse sentido, temos o caso do ativista transnacional italiano, que está na gênese do movimento libertário espanhol.

Na primeira metade do século XX, um episódio de destaque no transnacionalismo libertário foi a constituição e a “diáspora” do exército anarquista de Nestor Makhno, a partir da Ucrânia. Também conhecido como Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia, ou Exército Negro, atuou entre 1919 e 1921, na Guerra Civil Russa. Em 1921, após sua dispersão, muitas companhias foram para outros países. Temos como exemplo os ucranianos constituintes de uma companhia comandada pelo tenente Shevchenko, dentro do batalhão Mickiewicz-Palafox da XIII Brigada Internacional⁵, na Catalunha, Espanha. Durante a Segunda Guerra Mundial, uma “guerrilha ucraniana” advinda dos makhnovistas lutou contra nazistas na Alemanha e stalinistas na então União Soviética. A estrutura organizacional do exército posteriormente influenciou a organização de milícias criadas pelos anarquistas na revolução espanhola (o período propriamente dos anarquistas) e na Guerra Civil Espanhola (FERRER, 2006).

Já na América do Sul, mas ainda no século XIX, outro italiano, Errico Malatesta, aporta em Buenos Aires em 1885, não como enviado, mas como uma espécie de exilado, depois de ter estado em diversos países europeus. Apesar de ter permanecido poucos anos na Argentina, Malatesta encontra outros italianos libertários e um círculo anarco-comunista inspirado por outro italiano, Ettore Mattei. Ali, antes de voltar para a Europa em 1888, relança *La Questione Sociale*, publicação bilíngue espanhol-italiano.

Nesses exemplos do século XIX e primeira metade do século XX, temos um ativismo transnacional “forte” com Fanelli – um italiano seguidor de um russo (Bakunin) animando a organização na Espanha – e com o exército anarquista de Makhno, bem como um ativismo transnacional de menor grau, com Malatesta, uma vez que este não foi à Argentina com o intuito primário de

⁵ As Brigadas Internacionais foram companhias militares formadas por estrangeiros para lutar contra a ditadura de Franco durante a Guerra Civil Espanhola.

difundir as ideias anarquistas. Constatamos, portanto, a longa tradição da relação entre ativismo transnacional e práxis libertária.

Já no âmbito da fronteira latino-americana, mais precisamente do sul do continente, vemos que o caso mais significativo de integração/união entre cidades fronteiriças ainda enfrenta muitos limites e dificuldades em matéria de ativismo ambicioso, e grandes desafios no que tange à constituição de um ativismo libertário. Contudo, determinados elementos nos permitem refletir especulativamente sobre a constituição de redes que façam uma micropolítica libertária operar um jogo de escalas. O sul da América Latina comporta uma macrorregião transnacional gaucha⁶ que perpassa limites estatais e é marcada por oscilações de fronteira e embates políticos entre correntes diametralmente opostas, tanto fascistas como libertárias, ao longo de ao menos dois séculos. O termo “transnacional” remete à existência de uma identidade regional que não se subordina aos limites impostos pela dominação territorial do Estado, configurando assim outras fronteiras, sendo essa identidade um dos elementos fundamentais que permite a troca e circulação de ideias numa área que vai da Argentina, passa pelo Uruguai e chega ao Rio Grande do Sul, estando Santana do Livramento - Rivera imersos no presente contexto.

Nesse sentido, a supracitada chegada de italianos, como Malatesta, ainda no século XIX, e também de ativistas, como o espanhol Diego Abad de Santillán, já no século XX, entre outros, contribuíram para uma maior capilaridade do pensamento libertário no tecido social do sul do continente. Logo, vemos que grandes abrigos do pensamento libertário, Espanha e Itália, exerceram e exercem influência sobre esse espaço, notadamente no Uruguai e na Argentina. A presença dos anarquistas está no bojo da formação de uma “cultura política”, e as intensas trocas⁷ presentes na macrorregião transnacional gaucha tornam esse espaço oportuno para se pensar, através de uma reflexão especulativa, maneiras de constituição de um ativismo de cunho libertário. Desse modo, temos vários elementos que contribuem para a análise da cidade fronteiriça e do po-

⁶ O termo gaucho se refere ao histórico suposto representante da cultura dos pampas presente na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região da Campanha. No Brasil, o termo “gaúcho” faz menção ao gentílico do estado do Rio Grande do Sul. No presente texto, utilizamos a primeira denominação para destacar a identidade sócio-espacial associada à referida região transnacional.

⁷ Entre inúmeros exemplos dessas trocas, temos a fundação, em 1995, da Federação Anarquista Gaúcha, em Porto Alegre, animada por ativistas da Federação Anarquista Uruguia.

tencial libertário, por meio da relação com escalas regionais, da capilaridade de determinadas ideias num tecido social e da prática espacial fronteiriça de constituição de redes locais, nessas cidades fraturadas político-institucionalmente pela dominação territorial do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OUTRAS CIDADES, OUTRAS FRONTEIRAS

Na contemporaneidade, vemos muitos desafios para o ativismo transnacional, mas também possibilidades de uma práxis libertária, sendo as cidades fronteiriças continentes de recursos importantes para o transnacionalismo, que podem acompanhar e mesmo catalisar a micropolítica das revoluções moleculares. A qualidade do ativismo no que diz respeito à ambição – não reformista, emancipatório – é crucial no desenvolvimento da práxis libertária. Os animadores das lutas sociais, a base social de um movimento, constituem dado essencial nesse sentido. Muitos ativismos, mesmo aqueles transnacionais, esbarram numa visão de mundo eurocêntrica, ou de classe média restrita, configurando uma espécie de “ativismo por descargo de consciência”: as reivindicações ou proposições que originalmente se apresentariam interessantes acabam por modificar e esvaziar o conteúdo de determinados ativismos, ou mesmo “contaminar” movimentos emancipatórios animados pelo hiperpreariado. Nesse sentido, Bookchin (2011) propõe uma reflexão criteriosa sobre aquilo que ele chamou de anarquismo de estilo de vida, em contraposição ao anarquismo social, podendo ser levado às posturas libertárias no geral: as ideias fortemente sociais que remetem ao plano do coletivo e às propostas de mudança social não podem ser ofuscadas ou mesmo deixadas de lado em prol de individualismos, posturas puramente estéticas e sem compromisso.

No que tange à entidade espacial que delimita as bordas do Estado, consideramos que a fronteira estatal e a fronteira não estatal não são necessariamente a mesma. A fronteira como expressão espacial da heteronomia instituída, ou seja, aquela que denota o fim de um aparelho de Estado e o começo de outro, pode ser um dos objetos de reflexão e contestação por parte de movimentos transnacionais. A ressignificação de escalas estabelecidas e a construção de novas escalas através de uma política de escalas faz com que o ativismo transnacional apresente outras fronteiras, podendo servir de mote para a ação direta num plano e, possivelmente, para a luta institucional em outro plano. Relações

interpessoais, economia, cultura, e mesmo redes locais de organizações de movimentos emancipatórios emergem/podem emergir se valendo das margens de manobra e dos recursos apresentados nas cidades fronteiriças. A identidade híbrida da fronteira, resultante do encontro de múltiplas identidades, constitui uma oportunidade para a superação dos sociocentrismos, etnocentrismos e até de resquícios de nacionalismos internos a ativistas não fronteiriços. Por outro lado, ativistas fronteiriços podem fomentar a construção de movimentos imbuídos de espírito transnacionalista desde suas origens, estando a cidade fronteira a propiciar mais do que um mero ativismo transnacional de escala local.

Assim, é preciso construir novas formas de horizontalidade, sociabilidade e, por conseguinte, novas territorialidades em escalas supralocal e supranacional – ou seria uma escala “a-nacional”? A cidade, retornada à condição de arena pública, em escola de democracia, “*desurbanizada*” e “*cidadizada*”, é um dos elementos de luta que não se esgotam na escala local na construção do ativismo transnacional. Analisando os movimentos emancipatórios, suas práticas espaciais insurgentes e sua práxis libertária, apreendemos os desafios e as possibilidades de uma condensação espaço-temporal da resistência ao capitalismo mundial integrado e, mais profundamente, ao imaginário heterônomo.

AGRADECIMENTOS

Este texto seria menos rico sem as contribuições de Glauco Bruce Rodrigues e de Marcelo Lopes de Souza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOOKCHIN, Murray. *Urbanization without Cities: The Rise and Decline of Citizenship*. Montreal e Cheektowaga: Black Rose Books, 1992.

_____. *From Urbanization to Cities: Toward a New Politics of Citizenship*. New York: Cassel, 1995.

_____. *Anarquismo, crítica e autocrítica: primitivismo, individualismo, caos, misticismo, comunismo, internacionalismo, antimilitarismo e democracia*. [Tradução de Felipe Corrêa e Alexandre de Souza]. São Paulo: Hedra, 2011.

BRENNER, Neil. The limits of scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, Londres, v. 4, n. 25, p. 591-614, 2001.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, 2008.

- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto III – O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992 [1990]. p. 121-149.
- _____. A democracia como procedimento e como regime. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto IV – A ascensão da insignificância*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002 [1996]. p. 255-279.
- _____. Que democracia? In: _____. *As encruzilhadas do labirinto VI – Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 [1999].
- DORFMAN, Adriana. *Contrabandistas na fronteira gaúcha: escalas geográficas e representações textuais*. 2009. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol 1. São Paulo: Editora 34, 1995 [1980].
- FERRER, Christian. Una moneda valaca. In: *El Interpretador: Literatura, Arte y Pensamiento*. nº 27. 2006. Disponível em <<http://www.elinterpretador.net/27ChristianFerrer-UnaMonedaValaca.html>> Acessado em 31 out. 2011.
- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987 [1980].
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005 [1986].
- LEITNER, Helga. The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational interurban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: SHEPPARD, Eric; MCMASTER, Robert (Org.). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 236-255.
- MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, Londres, v. 4, n. 24, p. 219-242, 2000.
- MILLER, Byron. Spaces of mobilization: transnational social movements. In: BARNETT, Clive; LOW, Murray (orgs.). *Spaces of Democracy: Geographical Perspectives on Citizenship, Participation and Representation*. London: SAGE, 2004. p. 223-246
- MIRANDA, Evaristo; COUTINHO, Alexandre (orgs.). *Brasil visto do espaço*. Campinas: Embrapa monitoramento por satélite, 2004. Disponível em <<http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>>. Acessado em 30/03/2012.
- NEWMAN, David. Boundaries. In: AGNEW, John; MITCHELL, Katharyne; TOAL, Gerard (Orgs.). *A Companion to Political Geography*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 123-137.
- PIANTA, Mario; MARCHETTI, Raffaele; ZOLA, Duccio. Crossing borders: transnational activism in European social movements. In: DELLA PORTA, Donatella (Org.). *Democracy in Social Movements: Conceptions and Practices of Democracy in Contemporary Social Movements*. New York: Palgrave Macmillan, 2009. p. 234-261.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Ciudad del Mexico: Siglo XXI, 2001.
- SAMIS, Alexandre. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2005.
- SMITH, Neil. *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1984.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: da “revolução molecular” à política de escalas. In: MENDONÇA, Francisco *et al* (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográficos*. Curitiba: ANPEGE e Ademadan Antonina, 2009. p. 459-478.

_____. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 13-47, 2010.

_____. Challenging heteronomous power in a globalized world: insurgent spatial practices, “militant particularism” and multiscalarity. No prelo.

SWYNGEDOUW, Erik. Scaled geographies: nature, place, and the politics of scale. In: SHEPPARD, Eric; MCMASTER, Robert (Org.). *Scale and Geographic Inquiry: Nature, Society and Method*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 129-153.

TARROW, Sidney. *The New Transnational Activism*. New York: Cambridge University Press, 2005.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas*. Vol.2 – O movimento. Porto Alegre: L&PM, 2002.

Enviado para publicação em 21/02/2012

Aceito para publicação em 13/04/2012